

*Serena Sannuti**

Violência, não-violência e conflito. Uma reflexão socio-filosófica**

RESUMO

O artigo propõe uma reflexão sócio-filosófica sobre a relação entre violência, não-violência e conflito, com o objetivo de evidenciar as implicações teóricas e práticas de cada um destes conceitos. A violência é analisada na sua complexidade sistémica, articulada em formas diretas, estruturais e culturais que afectam profundamente as dinâmicas sociais. O conflito é distinguido da violência e interpretado como uma dimensão fisiológica da vida colectiva, dotada de potencial transformador se for abordada com instrumentos adequados. Neste contexto, a não-violência configura-se não apenas como uma opção ética, mas como um paradigma estratégico de mudança política e social. Através do contributo de autores como Gandhi, Capitini, Dolci, King e Sharp, o trabalho pretende mostrar como a não-violência representa uma resposta ativa à lógica da dominação. O enquadramento teórico é completado com uma referência à “sociedade do risco” de Ulrich Beck, em que a incerteza, a precariedade e o medo se tornam dispositivos centrais na produção e gestão de conflitos. O artigo pretende assim propor uma perspectiva alternativa, baseada no diálogo, na justiça e na responsabilidade partilhada

Palavras-chave: violência, não-violência, conflito, sociedade de risco, cultura de paz

ABSTRACT

The article offers a socio-philosophical reflection on the relationship between violence, nonviolence, and conflict, aiming to explore the theoretical and practical implications of each concept. Violence is examined in its systemic complexity, expressed through direct, structural, and cultural forms that deeply affect social dynamics. Conflict is clearly distinguished from violence and understood as a natural dimension of collective life, with transformative potential when addressed constructively. In this framework, nonviolence emerges not only as an ethical choice, but as a strategic paradigm for political and social change. Through the contributions of thinkers such as Gandhi, Capitini, Dolci, King, and Sharp, the paper illustrates how nonviolence can serve as an active response to systems of domination. The theoretical perspective is further enriched by Ulrich Beck’s concept of the “risk society”, in which uncertainty, insecurity, and fear become central mechanisms in the production and management of conflict. The article ultimately seeks to propose an alternative vision based on dialogue, justice, and shared responsibility.

Keywords: violence, nonviolence, conflict, risk society, culture of peace

1. Introdução

A questão de saber se a humanidade está destinada a renunciar à guerra ou a sucumbir a ela, colocada no famoso Manifesto Russell-Einstein de 1955, continua a ser dramaticamente atual. Os conflitos

armados, a proliferação nuclear e os desequilíbrios geopolíticos tornam cada vez mais urgente questionar a superação da guerra, não como uma utopia, mas como uma necessidade histórica e moral. Este artigo propõe-se analisar três conceitos fundamentais: violência, não-violência e conflito, de modo a compreender as dinâmicas que alimentam a violência sistémica e a refletir sobre alternativas viáveis à guerra. O objetivo é mostrar como a não-violência pode representar não só um ideal ético, mas também um paradigma estratégico para a gestão de conflitos na sociedade contemporânea. Embora a guerra tenha sido parte integrante da história da humanidade, isso não implica que seja inevitável. Como refere Nagler, a guerra pode ser vista como uma doença: presente, mas não incurável. A violência, em particular, nunca é uma solução, mas um sintoma do mau funcionamento do "corpo social", e deve ser abordada através da construção de estruturas culturais, educativas e políticas alternativas. O simbólico "Relógio do Apocalipse", que marca 90 segundos para a meia-noite de 2023, indica a iminência da ameaça de destruição global. No entanto, como afirma Ernst Bloch, a utopia não é o reino do irrealizável, mas uma possibilidade ainda não concretizada capaz de orientar a ação humana. Tal como a escravatura foi superada por movimentos sociais concretos, também a guerra pode ser tornada impensável através de uma mudança de paradigma. Gene Sharp defende que a não-violência é uma estratégia realista e não apenas uma posição moral. Do mesmo modo, Johan Galtung distingue entre paz negativa (ausência de guerra) e paz positiva (presença de justiça), argumentando que só abordando as causas estruturais do conflito se pode construir uma paz duradoura. A não-violência, portanto, não é uma atitude passiva, mas um modelo ativo e transformador de gestão de conflitos. Perante as ameaças do nosso tempo, desde a crise ambiental às desigualdades globais, a construção de uma cultura de paz baseada na não-violência é uma responsabilidade colectiva, bem como um horizonte político concreto.

2. Violência

Para seguir as teorias da não-violência e, assim, estabelecê-la como nosso objetivo, é necessário analisar o ponto de partida - a violência e o conflito. A violência representa uma das formas mais difundidas e complexas de relações entre os seres humanos. Embora seja muitas vezes interpretada como uma manifestação do instinto ou um desvio patológico, hoje tendemos a considerá-la um fenómeno sistémico e multidimensional, influenciado por variáveis psicológicas, culturais, políticas e estruturais. O conflito, muitas vezes confundido com a violência, tem, pelo contrário, uma natureza diferente e, se for gerido de forma adequada, pode representar um recurso transformador das relações humanas. É necessário analisar a violência e o conflito nas sociedades humanas. Tradicionalmente, a violência tem sido entendida como o uso intencional da força, física ou psicológica, para subjugar ou prejudicar outro indivíduo. No entanto, com o desenvolvimento das ciências sociais, esta definição

tornou-se cada vez mais inadequada. Hoje em dia, reconhece-se que a violência pode assumir formas muito mais subtis e estratificadas, que não se limitam ao ato físico visível, mas que também operam a nível simbólico, institucional e estrutural (Baratta, 1991: 60). A perspectiva biológica e instintivista, segundo a qual a violência é o resultado de uma agressividade inata, é ladeada por uma interpretação mais articulada, que reconhece a interação entre factores psicológicos, culturais e ambientais. Galtung (1969) propôs uma visão sistémica do fenómeno, articulando o conceito em três formas principais: violência direta, estrutural e cultural. Esta distinção representa um ponto de viragem na análise do fenómeno, uma vez que alarga o campo de observação e torna visível o que muitas vezes permanece escondido ou normalizado. Segundo Galtung (1990), a violência direta é aquela que se manifesta por actos de agressão física ou verbal. É um acontecimento, localizado no tempo e no espaço. Paralelamente a esta forma visível, existe a violência estrutural, que assume a forma de um processo: exprime-se nas desigualdades económicas, na exclusão social, no acesso desigual aos recursos e nas instituições que perpetuam as injustiças sistémicas. Por último, a violência cultural manifesta-se através das representações, símbolos, narrativas e valores que justificam as duas formas anteriores, tornando-as aceitáveis aos olhos da sociedade. A violência cultural está enraizada naquilo a que Galtung chama "cosmologia profunda": um conjunto de pressupostos inconscientes que determinam o que é considerado normal ou correto. Ao contrário da ideologia, que é consciente e argumentada, a cosmologia é implícita e difícil de questionar. É graças a ela que actos inaceitáveis, como a guerra ou a pena de morte, podem ser justificados e até celebrados.

3. Conflito

É fundamental distinguir entre conflito e violência. O conflito é uma dinâmica natural e inevitável da vida social, gerada por interesses ou objectivos incompatíveis entre indivíduos ou grupos (Guaraldi, 2005: 199). A violência representa apenas uma das formas destrutivas de gerir o conflito. Como refere Galtung (1996), existem alternativas não violentas, capazes de transformar o conflito num recurso para o crescimento individual e coletivo. O modelo ABC do conflito desenvolvido por Galtung inclui três componentes: as atitudes (atitudes emocionais e cognitivas), o comportamento (acções manifestas) e as contradições (causas estruturais e materiais). Esta abordagem permite-nos compreender o conflito de uma forma sistémica e dinâmica, salientando a necessidade de uma intervenção a vários níveis para uma verdadeira transformação. No contexto atual, as formas clássicas de violência direta estão frequentemente a diminuir nos países industrializados, ao passo que estão a surgir formas mais subtis, como a violência simbólica, digital, económica ou institucional. A sociedade contemporânea, definida por Ulrich Beck (2000) como uma "sociedade do risco", caracteriza-se pela produção e gestão de riscos globais, muitas vezes gerados precisamente pelos

processos da modernidade avançada. Ao contrário de épocas anteriores, em que as ameaças eram vistas como externas ou naturais, os perigos ambientais, tecnológicos, económicos e sanitários de hoje resultam de decisões políticas, científicas e industriais e afectam toda a humanidade de forma transversal e imprevisível. Neste contexto, a incerteza torna-se uma condição estrutural da existência, enquanto o medo se transforma num poderoso instrumento de controlo social e político. A gestão do risco é frequentemente delegada a dispositivos coercivos e securitários, que justificam formas mais ou menos explícitas de exclusão, vigilância e repressão. Surgem, assim, novas formas de violência institucional e simbólica, que passam a fazer parte do próprio tecido das relações sociais, alimentando tensões e desigualdades. Beck sublinha, no entanto, que a consciência dos riscos pode também tornar-se uma oportunidade para renovar o sentido de responsabilidade colectiva. Se forem reconhecidos como consequências de escolhas humanas e não como fatalidades, os riscos podem estimular formas de cooperação global e promover uma cultura de prevenção e solidariedade. Mas para que isso aconteça, é necessário ultrapassar a lógica de emergência e de conflito que é frequentemente dominante no discurso público. Neste quadro, o pensamento não violento assume particular relevância. A promoção de uma cultura de diálogo e de responsabilidade partilhada torna-se uma forma concreta de responder aos desafios da sociedade de risco sem recorrer a novas formas de violência. A não-violência, entendida como uma abordagem crítica e transformadora, oferece ferramentas teóricas e práticas para gerir os conflitos de forma construtiva, contrariando a tendência para traduzir o medo em dominação e a dissidência em ameaça. Martha Nussbaum (2018) sublinhou os perigos de cultivar a raiva e a vingança, que considera emoções destrutivas e moralmente regressivas. Inspirando-se na cultura operária italiana, Nussbaum sublinha que o desejo de vingança não produz justiça, mas apenas mais sofrimento, destruição e alienação. A política do medo, alimentada pelos media e por certos discursos públicos, contribui para a construção de inimigos simbólicos e para a justificação de práticas de exclusão e de violência. A violência e o conflito, embora frequentemente associados, representam fenómenos distintos. Enquanto a violência implica destruição, opressão e negação do outro, o conflito pode ser transformado numa oportunidade de diálogo, cooperação e desenvolvimento. Compreender as raízes profundas da violência cultural, estrutural e psicológica é essencial para a abordar de forma sistémica. É necessário desenvolver uma cultura do conflito que não o elimine nem o demonize, mas que reconheça o seu potencial transformador. Neste sentido, a educação para a paz, para a justiça social e para o reconhecimento do outro é uma tarefa essencial para qualquer sociedade que se queira considerar civilizada. Guaraldi (2005) define o conflito como “uma experiência universal do ser humano e da sociedade humana: o que varia no tempo e no espaço são as formas como os seres humanos e as sociedades agem e gerem este fenómeno”. Enquanto a guerra e a violência representam formas destrutivas de gerir o conflito,

abordagens como a mediação, a negociação integrativa e a não-violência demonstram a possibilidade de lidar com ele de forma construtiva. Um elemento essencial para compreender a natureza do conflito é a presença de uma pluralidade de actores. O conflito implica necessariamente uma relação, seja ela material ou simbólica, em que os interesses ou as percepções dos indivíduos são incompatíveis. A análise dos actores e dos papéis envolvidos permite-nos compreender a complexidade do fenómeno e a variedade das suas formas.

4. Não-violência

A não-violência, muitas vezes mal interpretada como mera abstenção de violência ou como uma postura eticamente passiva, constitui, na verdade, uma das mais complexas e incisivas teorias e práticas políticas do século XX. Assume a forma de um paradigma transformador que envolve simultaneamente a ética individual, a ação política, a construção da justiça e a gestão de conflitos. Longe de ser uma atitude de resignação, a não-violência apresenta-se como uma opção ativa, consciente e estratégica, capaz de subverter arranjos injustos e construir alternativas sustentáveis à dominação e à repressão. Partindo da figura de Gandhi, considerado o fundador moderno da não-violência política e passando pelas experiências de Aldo Capitini, Danilo Dolci e Martin Luther King, até a elaboração teórica de Gene Sharp, são reconstruídos os principais eixos teóricos da não-violência. A figura de Mohandas Karamchand Gandhi representa o coração teórico e prático da tradição não-violenta. O conceito de satyagraha, geralmente traduzido como "força da verdade", exprime a ideia de que a não-violência não é apenas uma negação da violência, mas uma afirmação ativa da verdade, da justiça e da dignidade (Gandhi, 1973: 56-63). O seu método combina a resistência civil, a desobediência a leis injustas e a reforma pessoal numa visão integral que combina espiritualidade e política. A antologia *Teoria e Prática da Não-Violência* (1973), editada em Itália por Giuliano Pontara, recolhe um corpus significativo de escritos gandhianos de 1919 a 1948 e inclui reflexões da autobiografia *A Minha Vida pela Liberdade* (1973). O pensamento de Gandhi desenvolve-se a partir de uma ética de autodisciplina, de serviço e de não cooperação com o mal, em que a não-violência se torna um exercício quotidiano de responsabilidade e de coragem cívica. Nesta perspectiva, a mudança social autêntica passa por um processo de transformação que diz respeito tanto à estrutura de poder como à consciência individual. No contexto italiano, Aldo Capitini é considerado o principal intérprete do pensamento não-violento. A sua abordagem distingue-se pela sua intensa carga espiritual, declinada em termos seculares e abertos. Capitini concebe a não-violência como abertura ao "tu", ou seja, como disponibilidade para encontrar o outro na sua irreduzível singularidade (Capitini, 1992: 42-48). A ética da não-violência é, portanto, para ele, uma forma de

co-presença e de expansão do sentido comunitário, que se exprime na democracia como participação a partir de baixo. As obras *Scritti sulla nonviolenza* (1992) e *Scritti filosofici e religiosi* (1994), editadas respetivamente por Luisa Schippa e Mario Martini, recuperam a complexidade do pensamento de Capitini, que combina reflexão religiosa, ação política e praxis pedagógica. Danilo Dolci enriquece a tradição da não-violência com uma abordagem pedagógica e comunicativa profundamente inovadora. O seu trabalho no Sul de Itália, particularmente na Sicília, combina um compromisso com a justiça social com uma prática educativa baseada nas RMA. Para Dolci, a não-violência não é apenas um método de luta, mas também uma forma de conhecimento coletivo e de emancipação, baseada na escuta, no diálogo e na valorização do conhecimento latente nos grupos (Dolci, 1972: 89-101). Entre as suas obras seminais estão: *Inventar o Futuro* (1972), *Nexo entre Experiência Ética e Política* (1993) e *A Estrutura Maiêutica e Evolução* (1996). A contribuição teórica e educativa de Dolci está bem resumida na monografia de Mangano (1992), que o apresenta como um "educador atómico" capaz de antecipar as questões centrais de hoje, como o decrescimento, a comunicação não violenta e a pedagogia da participação. O pensamento não-violento, muitas vezes associado exclusivamente a grandes figuras carismáticas como Gandhi ou Martin Luther King, foi objeto de uma progressiva sistematização teórica e metodológica durante o século XX. Entre os contributos mais significativos neste sentido está a obra de Gene Sharp (1928-2018), cientista político americano que reformulou a não-violência em termos de ação estratégica e de técnica política, independente de pressupostos morais ou religiosos, sem excluir o seu alcance ético. Fundador, em 1983, do Albert Einstein Institution, Sharp contribuiu para tornar a não-violência um instrumento operacional de luta política, sobretudo em contextos autoritários ou repressivos, tornando-a acessível aos movimentos democráticos e civis de todo o mundo (Sharp, 1973). Na sua abordagem, Sharp considera a não-violência como uma técnica de condução de conflitos, comparável em importância e complexidade à guerra, à guerrilha ou ao parlamentarismo. Trata-se, portanto, de uma alternativa verdadeiramente estruturada ao uso da violência, baseada em métodos psicológicos, sociais, económicos e políticos (Sharp, 1973: 64-89). Esta visão pragmática distancia-se da não-violência entendida apenas como uma opção ética ou religiosa, afirmando a possibilidade de utilizar métodos não-violentos para objectivos políticos, mesmo sem aderir necessariamente a uma visão moralista da luta. Sharp faz uma distinção clara entre a não-violência como técnica e a não-violência como filosofia moral: ambas rejeitam a violência, mas fazem-no por razões diferentes. A primeira fá-lo devido à sua ineficácia estratégica e aos seus elevados custos em termos humanos e sociais; a segunda por uma opção ética ou religiosa (Sharp, 1980: 116-124). Segundo o autor, mesmo uma não-violência inicialmente adoptada por conveniência estratégica pode levar à descoberta do seu valor moral. Uma inovação fundamental introduzida por Sharp é a sua teoria do poder, inspirada em Etienne de La

Boétie (1576/2014), segundo a qual o poder dos governantes não é monolítico nem imutável, mas baseia-se na obediência dos governados. Por isso, o poder pode ser corroído e neutralizado através da não-cooperação e da desobediência civil, instrumentos já presentes no pensamento de Gandhi, mas aqui formalizados num quadro científico-político (Sharp, 1973b: 20-22). Isto levou Sharp a catalogar nada menos do que 198 técnicas de ação não violenta, divididas em três categorias: protesto e persuasão, não-cooperação e intervenção não violenta. Estas técnicas, reunidas nos três volumes de *The Politics of Nonviolent Action* (1973), são o resultado de uma cuidadosa análise histórica e comparativa, e não de uma mera elaboração teórica abstrata. Sharp mostra como a resistência não violenta tem raízes profundas na história da humanidade, embora seja frequentemente ignorada pela historiografia dominante (Sharp, 2005: 385-390). Com base nestas premissas, o autor definiu a não-violência como uma verdadeira “não-bomba”, sem sangue mas potencialmente perturbadora no derrube de regimes opressivos. O pensamento de Sharp tem sido objeto de debate, sobretudo no que diz respeito à sua aparente neutralidade ética. Alguns críticos têm argumentado que uma técnica desprovida de fundamento moral pode ser instrumentalizada até por actores políticos não democráticos, fazendo da não-violência uma espécie de *realpolitik* alternativa (Peyretti, 2012: 3). De facto, como o próprio Sharp reconheceu, as técnicas não-violentas foram ocasionalmente utilizadas para fins questionáveis, como no caso dos boicotes anti-semitas na Alemanha nazi. No entanto, afirma que "nem todos os actos não violentos são necessariamente morais" e que "os meios não violentos não precisam de servir qualquer propósito" (Sharp, 1987, in Peyretti, 2012). Ele admite que a rejeição da violência é para ele também uma questão de repulsa pessoal e sensibilidade humana, bem como de eficácia estratégica. Um aspeto crucial do pensamento Sharpiano é a proposta da não-violência como uma "terceira via" entre o pacifismo absoluto - que rejeita todas as formas de resistência - e o uso da violência para defender direitos ou a ordem social. Neste sentido, a não-violência surge como uma opção viável mesmo para aqueles que não partilham uma postura ético-religiosa, mas que procuram ferramentas eficazes e sustentáveis de resistência civil consistentes com os valores democráticos (Chomsky, 2018; Sharp, 2011). O impacto da teoria de Sharp tem sido significativo em inúmeros contextos geopolíticos: os seus manuais foram traduzidos, distribuídos clandestinamente e utilizados em muitas das chamadas "revoluções coloridas" pós-1989, como na Sérvia, Geórgia, Ucrânia e Tunísia (Helvey, 2004). No entanto, esta disseminação também tem levantado questões sobre a utilização da não-violência para fins geopolíticos, por vezes em função da projeção de poder das democracias ocidentais. O próprio Sharp aceitou estas críticas, reiterando que a eficácia da não-violência, uma vez comprovada, pode também contribuir para a fundação de novas éticas públicas. A obra de Gene Sharp representa um dos contributos mais relevantes para a teoria política da não-violência contemporânea. Com a sua sistematização das técnicas não-violentas, a sua teoria do poder

e o seu empenhamento na formação dos movimentos civis, Sharp restituiu uma dignidade científica e estratégica à não-violência, tornando-a praticável fora dos quadros religiosos ou idealistas. Embora a sua abordagem tenha levantado dúvidas sobre a neutralidade ética da tecnologia, também mostrou como a não-violência pode ser uma forma realista, eficaz e transformadora de gerir conflitos e construir sociedades mais justas. Ao longo do tempo, o pensamento não-violento encontrou novos intérpretes e novas vias de aplicação. Martin Luther King, com o seu ativismo inspirado em Gandhi, conseguiu aplicar a não-violência na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. A sua obra *The Power to Love* (1967) e a sua autobiografia *I Have a Dream* (2000) ilustram uma conceção da não-violência como amor político, capaz de desarmar o ódio e construir uma ordem justa. Aung San Suu Kyi, em *Free from Fear* (1996), reivindica a não-violência como forma de resistência ética num contexto ditatorial, demonstrando a sua relevância em contextos de opressão prolongada. Em Itália, Don Lorenzo Milani defendeu a objeção de consciência e a responsabilidade moral perante uma lei injusta, como se pode ler em *L'obbedienza non è più una virtù* (Milani, 1998). Finalmente, Gino Strada declinou a não-violência sob a forma de cuidados, através de *Emergency*, defendendo o direito universal à saúde mesmo em contextos de guerra (Green Parrots, 1999). Hoje, revistas como a *Nonviolent Action* e centros de investigação como o Centro Gandhi de Pisa continuam a difundir a cultura da não-violência, promovendo a formação, o estudo e o ativismo. Num mundo globalizado, mas atravessado por novas guerras, crises ecológicas e injustiças sistémicas, a não-violência confirma-se como um recurso teórico e prático indispensável para uma política do futuro. A teoria da não-violência, longe de ser um pensamento marginal, assume a forma de uma proposta radical para a transformação das relações sociais, políticas e pessoais. Combina ética e estratégia, espiritualidade e ciência política, educação e desobediência, testemunhando a possibilidade de construir justiça sem recorrer à força. Desde os princípios gandhianos da *satyagraha*, passando pela abertura ao tu de Capitini, a maiêutica de Dolci e o rigor estratégico de Gene Sharp, a não-violência oferece-se hoje como um horizonte credível para pensar e praticar a mudança. O conflito é um elemento estrutural da sociedade, dotado de um potencial tão destrutivo quanto criativo. Ao mesmo tempo que pode gerar violência e opressão, pode também atuar como um estímulo à mudança e à inovação. O desafio para as sociedades contemporâneas é desenvolver ferramentas culturais e políticas capazes de transformar o conflito numa oportunidade de crescimento, promovendo a não-violência como método de gestão de conflitos.

5. Conclusão

A não-violência não é uma mera utopia ética, mas uma possibilidade histórica e política concreta de superação da guerra e da violência sistémica. A análise das causas profundas dos conflitos e das diferentes formas de violência, desde a direta à estrutural e cultural, evidencia a urgência de uma mudança de paradigma na gestão das relações sociais e internacionais. A não-violência configura-se, neste contexto, não apenas como uma recusa da força, mas como uma proposta ativa de justiça, diálogo e transformação social. Figuras como Gandhi, Capitini, Dolci, King e Sharp demonstram a validade e a eficácia da não-violência como estratégia de resistência, emancipação e construção da paz. O desafio que nos espera não é apenas teórico, mas eminentemente prático e político: precisamos de construir uma cultura de não-violência através da educação, das instituições e das práticas quotidianas. Só assim será possível responder à questão inicial de saber se é possível um mundo sem guerra, não com uma negação resignada, mas com uma esperança ativa, baseada na ação, na consciência e na responsabilidade.

BIBLIOGRAFIA

- BARATTA, A. (1991). *Criminologia critica e critica del diritto penale: Introduzione alla sociologia giuridico-penale*. Torino: Gruppo Abele.
- BECK, U. (2000). *La società del rischio: Verso una seconda modernità*. Roma: Carocci.
- BLOCH, E. (1954). *Il principio speranza*. Milano: Garzanti.
- Bulletin of the Atomic Scientists. (2023). Doomsday clock statement. <https://thebulletin.org>
- CAPITINI, A. (1992). *Scritti sulla nonviolenza* (L. Schippa, a cura di). Treviso: Linea d’Ombra.
- CAPITINI, A. (1994). *Scritti filosofici e religiosi* (M. Martini, a cura di). Treviso: Linea d’Ombra.
- CACIOPPO, E. (1977). *Il messaggio di Aldo Capitini*. Firenze: La Nuova Italia.
- CHOMSKY, N. (2018). *Internationalism or extinction*. New York: The New Press.
- DOLCI, D. (1972). *Inventare il futuro*. Roma-Bari: Laterza.
- DOLCI, D. (1993). *Nessi fra esperienza etica e politica*. Palermo: Sellerio.

- DOLCI, D. (1996). *La struttura maieutica e l'evolgerci*. Napoli: Liguori.
- GALTUNG, J. (1969). Violence, peace, and peace research. *Journal of Peace Research*, 6(3), 167–191.
- GALTUNG, J. (1990). Cultural violence. *Journal of Peace Research*, 27(3), 291–305.
- GALTUNG, J. (1996). *Peace by peaceful means: Peace and conflict, development and civilization*. London: Sage.
- GANDHI, M. K. (1973). *Teoria e pratica della nonviolenza* (G. Pontara, a cura di). Torino: Einaudi.
- GUARALDI, G. (2005). *Conflitto e mediazione*. Bologna: EMI.
- HELVEY, R. L. (2004). *On strategic nonviolent conflict: Thinking about the fundamentals*. East Boston: The Albert Einstein Institution.
- KING, M. L. (1967). *La forza di amare*. Torino: SEI.
- KING, M. L. (2000). *I have a dream*. Milano: Mondadori.
- MILANI, L. (1998). *L'obbedienza non è più una virtù*. Firenze: Libreria Editrice Fiorentina.
- NAGLER, M. (2004). *The search for a nonviolent future*. Makawao: Inner Ocean Publishing.
- NUSSBAUM, M. C. (2018). *La monarchia della paura*. Bologna: Il Mulino.
- PEYRETTI, E. (2012). La nonviolenza di Sharp: Tecnica o etica? *Azione nonviolenta*, luglio 2012, 1–4.
- PINKER, S. (2011). *The better angels of our nature: Why violence has declined*. New York: Viking.
- RUSSELL, B., & EINSTEIN, A. (1955). *Manifesto Russell–Einstein*. London.
- SHARP, G. (1973a). *The politics of nonviolent action*. Boston: Porter Sargent.
- SHARP, G. (1973b). *Power and struggle*. Boston: Porter Sargent.
- SHARP, G. (1980). *Social power and political freedom*. Boston: Porter Sargent.

SHARP, G. (2005). *Waging nonviolent struggle: 20th century practice and 21st century potential*. East Boston: The Albert Einstein Institution.

SUU KYI, A. S. (1996). *Libera dalla paura*. Milano: Sperling & Kupfer.

STRADA, G. (1999). *Pappagalli verdi*. Milano: Feltrinelli.

*Universidade de Milão “La Statale”.

**Este artigo é a tradução em português da versão original, em língua italiana, publicada no presente número 7 da Revista Científica da UDM.